

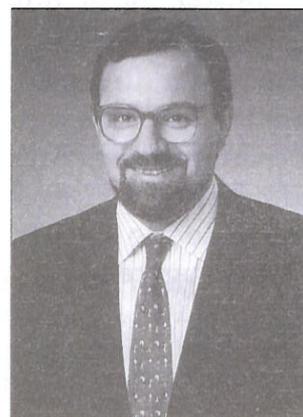


## ARLINDO CUNHA *designado relator do Parlamento Europeu para a reforma da PAC*

O Parlamento Europeu designou Arlindo Cunha para elaborar o relatório geral sobre a próxima reforma da Política Agrícola Comum, a elaborar até 1999.

A Comissão Europeia apresentou em Julho passado a Agenda 2000, que incorpora as suas propostas nomeadamente a respeito da reforma da PAC, optando por uma estratégia de abordagem fragmentada e dispersa, apresentando directamente as propostas especializadas e sectoriais sem apresentar previamente um documento de reflexão e estratégia, como fizera a anteceder a reforma de 1992.

O relatório do P.E. procederá a uma análise da situação actual da agricultura europeia, dos efeitos da reforma de 1992, da posição europeia face às próximas negociações do GATT, da definição de um modelo europeu de agricultura, assim como das respostas que a PAC deverá proporcionar aos diferentes tipos de agricultura e de regiões, as quais deverão ser mais equitativas e indutoras da coesão económica e social.



Neste sentido, o relatório deverá produzir um conjunto de orientações estratégicas e de princípios gerais, que deverão permitir uma análise coerente e ser comuns a todas as reformas sectoriais, sem prejuízo das especificidades próprias de alguns sectores.

Enquanto Ministro da Agricultura de Portugal, Arlindo Cunha foi o Presidente do Conselho de Ministros da Agricultura que, em 1992, durante a presidência portuguesa da União Europeia, aprovou a até agora única grande reforma da PAC.

**Director: António d'Orey Capucho**

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU  
rue Wiertz - LEO 13E102 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551

# REFERENDAR AMESTERDÃO: QUÊ, PORQUÊ

*por Francisco Lucas Pires*

(...)

Estas CIG estão, aliás, numa espiral reducionista: tornam-se demasiado frequentes; demoram cada vez mais, decidem cada vez menos; complexificam em crescendo e entre as principais decisões remetem para a CIG seguinte questões essenciais não resolvidas. Explica-se assim que os avanços de Amesterdão fossem mais quantitativos do que qualificativos. E não admira que sejam os europeístas que se vão tornando cépticos. Sintomaticamente, até os partidos anticonstrução europeia deixaram passar Amesterdão praticamente em branco. Devem ter pensado "do mal o menos". O que sugere que os chefes de estado e governo quiseram evitar a repetição do vendaval que se abatera sobre Maastricht e retomar o consenso, matando dois coelhos de uma cajadada: aplanar o caminho da moeda única e esquivar-se a problemas de ratificação. Apaziguar o anti-europeísmo foi um acto de realismo, mesmo ficando sem nada de muito mobilizador - o que também quer dizer discutível - para referendar.

(...)

Seria perigoso encavalitar revoluções sucessivas. E desta vez é a da moeda única. E que revolução! Porventura a maior, se não a simétrica, liberal, da de 1917. Chega para a transição de um século. A compreensão deste ponto é nevrálgica. Ratificar Amesterdão é implicitamente, ratificar a moeda única, a continuidade do processo de integração política da Europa e a autorização para passar à etapa seguinte.

(...)

Agora que está na Constituição e não temos de ir metê-lo lá atrás dos últimos foguetes,



o referendo já não será um expediente e trará clareza e força ao processo de integração. Sendo a primeira vez que o povo se pronunciará directamente sobre o presente e o futuro desta integração que também o é de "povos", não apenas de "estados", é positivo que o possa fazer sobre o essencial - o continuar ou não nesse processo como parte. E não ficará, aliás, precludido, que outras dificuldades de

tipo mais material e concreto sejam adiante decididas através dessa via de democracia directa.

(EXCERTO DO ARTIGO PUBLICADO NO "EXPRESSO" DE 16.1.1998)

# MARCELO REBELO DE SOUSA, *a adesão ao PPE e a moeda única*

## O que é que o PSD ganhou com a adesão ao PPE ?

O PSD está muito satisfeito em ser membro do PPE. Ser membro, por exemplo, permitiu-nos desempenhar um papel determinante no processo de aprofundamento da União Europeia, um processo ao qual nós ligamos a maior importância e que consideramos ser muito positivo para Portugal e o nosso partido.

Ser membro do PPE também significa que as associações ligadas ao PSD, especificamente as ligadas à Juventude, Trabalhadores e Autarquias, têm novas possibilidades para cooperação e interação a nível europeu.

Por último, mas não menos importante, a nossa integração no PPE permitiu enriquecer as nossas bases ideológicas, bases que respeitam o indivíduo e as entidades locais, nacionais e europeias.

## Poderá Portugal participar na moeda única em 1999?

Graças ao empenho político do Governo do nosso Partido de 1985 a 1995, Portugal alinhou com os primeiros Estados membros para que tivesse como meta satisfazer as condições necessárias para participar na Moeda Única em Janeiro de 1999.

O déficit orçamental, a taxa de inflação, a taxa de juro e mesmo a dívida pública, alcançaram um nível favorável, respeitando o critério da convergência nominal previsto pelo Tratado da União Europeia.

Porque estamos longe da angústia e receios justificados por alguns banqueiros e economistas da Europa Central e do Norte que falavam de um "Club Med", estamos satisfeitos em dizer que Portugal, junto com outros países do Sul da Europa, como a Espanha e Itália, mostraram uma excepcional capacidade para atingir os requisitos para o EURO.



(EXCERTO DA ENTREVISTA CONCEDIDA AO "NOTÍCIAS DO PPE" - nº 130 - 1998)

# Parlamento Europeu apoia pesca açoreana e madeirense

**COSTA NEVES E NÉLIO MENDONÇA DEFENDEM  
INTERESSES DAS REGIÕES QUE REPRESENTAM**

**O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de regulamento que institui uma compensação dos custos gerados pela ultraperifricidade no escoamento de produtos de pesca dos Açores, da Madeira, das Canárias e do departamento francês da Guiana, no quadro do POSEIMA.**

Intervindo no debate, o Deputado do PSD, Carlos Costa Neves, começou por fazer uma referência ao Tratado de Amesterdão, considerando "uma das mais relevantes novidades a introdução no Tratado da União Europeia do artigo referente às regiões ultraperiféricas, reconhecendo que às suas características muito próprias devem corresponder medidas específicas. Foi uma decisão justa, em que o Parlamento Europeu se envolveu



desde o início", acrescentou.

Para Costa Neves "quando alguns se interrogam como dar expressão às novas possibilidades abertas pelo Tratado, a resposta é fácil: há experiências feitas com sucesso que constituem um bom ponto de partida. Exemplos disso são a iniciativa comunitária REGIS e o POSEIMA,

exactamente o instrumento que permite a adopção deste regulamento".

O Deputado açoreano considerou o POSEIMA "uma primeira tentativa de resposta da União Europeia às circunstâncias especiais das regiões ultraperiféricas e ao que se designa como os respectivos handicaps permanentes e salientou os sobrecustos do que os Açores importam para trabalhar as suas potencialidades endógenas e os que enfrentam para depois as exportar, sem esquecer os altos custos de energia que, por acção da União Europeia, parecem estar agora, em fase de lenta convergência, primeiro com o país e depois com a própria União".

"É neste quadro, referiu Costa Neves, que se integra a medida em discussão: um sistema de apoios financeiros ao sector das pescas, aplicável às espécies mais comercializadas para o exterior. Essa ajuda traduz-se em 177 Ecus por tonelada de atum, até ao limite de 10.000 toneladas por ano e de 455 Ecus por tonelada para as espécies de fundo, num total de cerca de 3,5 MECUS (700 mil contos) por ano, até ao ano 2001".

Depois de criticar a ausência de referências ao REGIS e ao POSEIMA na Agenda 2000, Costa Neves respondeu directamente à intervenção do Deputado

José Apolinário neste mesmo debate: "O que o Senhor Deputado referiu relativamente ao posicionamento dos vários intervenientes neste processo, há três anos, não é exacto, como é facilmente comprovável por documentos ao dispôr de todos; nem o Senhor defendia a solução agora adoptada, que é realmente uma melhoria em relação à situação anterior, nem o Governo Regional de então a ela se opunha".

"Manda a verdade, continuou o Deputado social democrata, que se diga que quem, em 1995, propôs uma solução semelhante à agora adoptada foi o Deputado do PCP Honório Novo e o relator de então, eu próprio, aceitei-a. A Comissão Europeia não a aceitou".

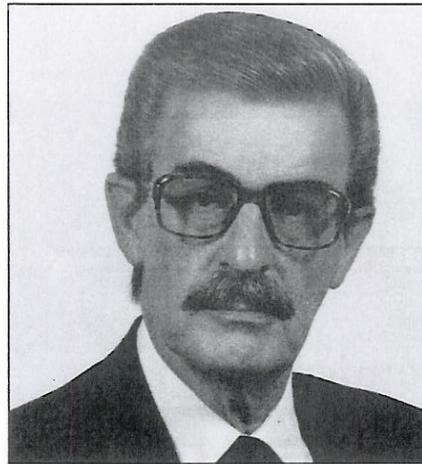
Respondendo ainda ao Deputado socialista, Costa Neves afirmou: "o que o Senhor pretendia era retirar financiamento ao atum e atribuí-lo ao peixe de fundo. Discordei de si porque pensava e penso que o que havia a fazer era manter os apoios já assegurados e integralmente utilizados e reforçá-los com uma nova parcela para o peixe de fundo. Foi o que agora se consegui. A verdade, pois, é que a solução agora consagrada foi a que eu preferia em 1995. A história não se reescreve".

\*\*\*\*\*

Intervindo também no debate, o Deputado do PSD, Nélcio Mendonça, destacou "a importância ambiental e social do sector da pesca, da sua produção, transformação e comercialização", salientando "a conquista alcançada na última revisão do Tratado da União Europeia que levou à inclusão neste de articulado próprio para as regiões ultraperiféricas, o mesmo é dizer, o reconhecimento feito às especificidades que marcam regiões insulares afastadas do continente, afastadas do mercado europeu para onde exportam a maior parte

dos seus produtos, prevendo o nº2 do artigo 229º a adopção de medidas pertinentes em matéria da política de pesca".

Para o Deputado madeirense, "as



medidas agora tomadas não devem ser encaradas como uma situação transitória ou temporária mas, pelo contrário, devem ser entendidas numa lógica das constantes condições geográficas, altamente penalizantes, merecendo deste modo medidas permanentes e definitivas".

Nélcio Mendonça referiu que na "Região Autónoma da Madeira são o atum, o peixe espada preto e a cavala as espécies que merecem o apoio concedido, que, por agora, não ultrapassa os 1,6 MECUS, mas, esta política de incentivos conduz à consolidação e implementação de um tecido industrial harmonioso que permite escoar os excedentes da produção local".

Para Nélcio Mendonça "é com agrado que verificamos a quadriplicação das exportações de conservas entre 1990 e 1996. É do maior interesse que as empresas de transformação instaladas nas ilhas possam continuar a operar num contexto estável com perspectivas de continuidade".

O deputado madeirense lançou também um alerta: "é justo que sejam concedidos apoios correspondentes a outras regiões porventura ainda não contempladas, mas é fundamental e oportuno chamar a atenção para que essas ajudas jamais se façam à custa das regiões ultraperiféricas já de alguma forma contempladas".

# MANUEL PORTO

## EM

### DISCURSO DIRECTO

#### sobre a União Económica e Monetária

(...) Já hoje são feitos com o somatório das várias moedas europeias cerca de 30% dos pagamentos mundiais. Mas será decerto maior o relevo de uma moeda única, com uma atracção acrescida, para além dos pagamentos, em aplicações financeiras e na constituição das reservas dos bancos emissores; na linha aliás do crescendo na utilização das principais moedas europeias que tem vindo a verificar-se nos últimos anos, com a atenuação simultânea da prevalência mundial do dólar (de 50 para 42% nos pagamentos, entre 1990 e 1995, de 67 para 40% nas aplicações financeiras, entre 1981 e 1995, e de 76 para 61,5% como moeda de reserva, entre 1973 e 1995).

As perspectivas abertas ao euro são assim um motivo adicional de responsabilização da União Europeia, importando que seja uma moeda forte e estável: num equilíbrio correcto que evite todavia que, sendo sobrevalorizada, sejam penalizadas as nossas exportações (bem como pelo contrário que, sendo subvalorizada, perca credibilidade e tenha consequências inflacionistas)."

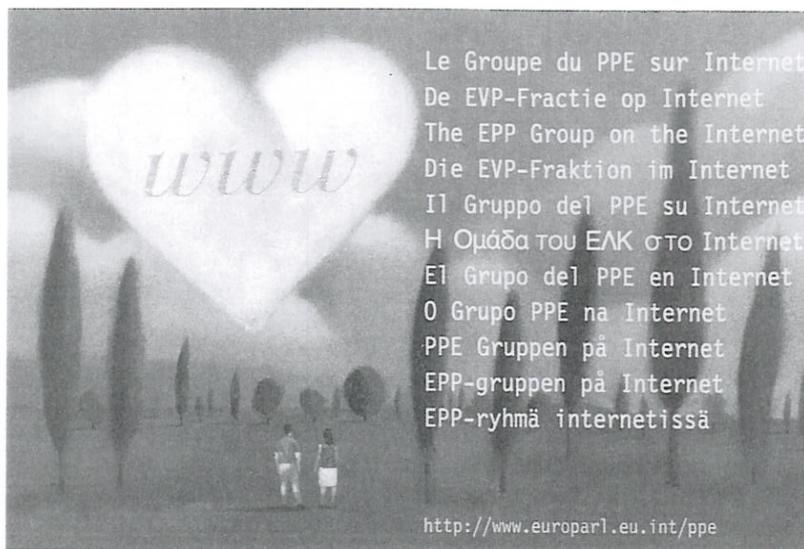


#### sobre as deslocalizações e os investimentos estrangeiros directos nos países terceiros

(...) É bom que se comece por lembrar que, no quadro mundial, a União Europeia é o destino mais procurado para os investimentos directos estrangeiros, com 45% do total, com um impacto económico que se traduz num saldo que nos é largamente positivo.

Temos desde logo por isso que aceitar como normal que sejam também importantes os investimentos europeus no exterior: embora devendo ser especialmente sensíveis em relação aos investimentos em países, de mão-de-obra mais barata, com produções que levam ao desemprego nos nossos territórios.

Mas além de devermos ter preocupação com o desenvolvimento de tais países (sem dúvida com a exigência, aos países e às multinacionais, de cumprimento das regras mínimas nos campos social e ambiental), os investimentos feitos podem transformar-se em oportunidades para nós próprios: designadamente com a abertura de mercados para produtos finais ou intermediários em cuja produção possamos continuar a ter a liderança.(...)"



## Declaração de voto de Helena Vaz da Silva sobre o Programa Sócrates

Sócrates é um caso exemplar em termos do que pode ser a mais valia de uma intervenção comunitária. Uma decisão política lúcida só pode ir no sentido de reforçar este programa de intercâmbio entre estudantes e professores de todos os graus de ensino.

No entanto, e contra esta evidência, os Estados Membros hesitaram muito antes de lhe atribuírem os meios financeiros necessários para permitir o que eles próprios tinham decidido: o alargamento dos programas a países candidatos à União. A Comissão propôs um aumento de 50, o Parlamento pediu 100 e o Conselho decidiu 25. O resultado em conciliação foi por isso surpreendente, já que o Conselho, ao fixar-se em 70, acabou por decidir um aumento superior ao que a própria Comissão propunha.

A que se deveu este inabitual desfecho? A duas coisas muito importantes: à concertação entre a Comissão Cultura e a Comissão dos Orçamentos que fizeram causa comum e a traduziram no orçamento de 98; à actuação empenhada e informada de uma deputada (Snra Pack) que não hesitou em pressionar directamente governos e em agitar a opinião pública. Fazer política exige paixão pessoal e actuação diplomática bem orientada.

Por isso voto com grande satisfação este emblemático relatório.



# A UNIÃO EUROPEIA

## na moção de estratégia ao Congresso

### subscrita por

## MARCELO REBELO DE SOUSA

#### 5ª Sim no referendo europeu:

Intervir activamente e lutar pela vitória do SIM no referendo europeu de Outubro deste ano, definindo com clareza as semelhanças e as diferenças dos demais defensores do SIM.

#### 10ª Alcance da Alternativa Democrática

Aceitação inequívoca do projecto da União Europeia, abrangendo a União Económica, a União Monetária e a abertura à União Social, bem como a União Política em cada momento correspondente à institucionalização daquelas.

#### 12ª Reforço do europeísmo

Clarificar a aposta europeia do partido e de Portugal: ela deve envolver a União Económica e Monetária, bem como a abertura ao alargamento, mas também quatro outras ideias nucleares:

1ª Não há União Económica e Monetária duradouramente bem sucedida sem crescente unificação financeira e fiscal e, portanto, sem um comprometimento maior dos europeus nas Finanças da União, o que supõe maior Orçamento comunitário e maior ambição nas perspectivas financeiras da "Agenda 2000";

2ª Não há crescente União Financeira sem maior União Política, pelo que se deve apostar em pertencer ao núcleo duro dos Estados e dos Partidos defensores da Europa Política;

3ª A Europa Política tem de ser uma Europa solidária, o que implica, nomeadamente, que aposte na convergência real, não obrigue os Países da Coesão a serem os principais pagadores do alargamento e não condene os meios rurais desses Países ao atraso e à pobreza, através de uma PAC pensada só para os Estados ricos;

4ª A Europa solidária tem de se centrar cada vez mais nas Pessoas, dando maior relevo aos seus direitos sociais (entre os quais o direito ao trabalho), culturais e políticos de participação.



Clarificar assim a opção europeia significa liderar essa opção em Portugal e na Alternativa Democrática proposta, ainda que nela caibam quantos aceitem a União Económica e Monetária e crescentemente Social, mas tenham da União Política visão mais restritiva, pragmática, circunscrita apenas aos passos em cada momento exigidos pelas restantes dimensões da integração.